GEOGRAFIA HISTÓRICA NO CONTEXTO TRADICIONAL DAS PRIMEIRAS INICIATIVAS INDUSTRIAIS DA REGIÃO DE PAULO AFONSSO-BA

Sérgio Luiz Malta de Azevedo

Prof. Adjunto do Centro de Humanidades, Unidade Acadêmica de Geografia, UFCG e do mestrado em Ecologia Humana e Gestão socioambiental da UNEB.

RESUMO

Objetiva-se, com esse artigo evidenciar o contexto regional tradicional e as primeiras iniciativas industriais, revelando-se, com isso, o padrão tradicional de ocupação territorial e a fase privativista de industrialização e de produção hidrelétrica na região.
Palavras-chave: Geografia Histórica. Regiã., Paulo Afonso.

ABSTRACT

The objective of this paper is to evidence the traditional regional context and the first industries in Paulo Afonso-BA. Thus, reveals the traditional standard of the territorial occupation and the privates phase of industrialization and the hydroelectric production in the region.
Key Word: Historical Geography. Region. Paulo Afonso.

INTRODUÇÃO

Este Trabalho tem como objetivo evidenciar as primeiras iniciativas industriais, através do exame do padrão tradicional de ocupação territorial e da fase privativista de industrialização e de produção hidrelétrica na região no processo histórico de produção e organização do espaço tradicional, da área, que a partir da década de 50 do século XX veio se chamar Região, Paulo Afonso de Paulo Afonso-BA

1 FASE PIONEIRA – O PADRÃO TERRITORIAL TRADICIONAL

O povoamento da região do sub-médio São Francisco remonta ao século XVII, com a penetração da pecuária destinada ao abastecimento de carne, couro e animais de tração dos centros mais dinâmicos do território nordestino, fato que encontra guarida nas informações do Jesuíta Antonil, (1971, p. 201) do início do século XVIII quando infirma que [são muitos os] [...] "os engenhos do Brasil que cada ano se fornecem de bois para os carros e os de que necessitam os lavradores de canas, tabaco, mandioca serrarias e lenhas" [...] De um modo geral, dado o caráter extensivo do criatório de bovino de corte, a ocupação dessa região ocorreu de forma dispersa, resultando em aglomerados humanos pouco expressivos, onde a agricultura era praticada, apenas, com intuito de abastecer as fazendas de gado (Prado Junior, 1990).

Nesse processo de povoamento e ocupação da grande hinterlândia Nordestina foi decisiva a existência de rios, pois estes funcionaram como caminhos naturais para o desbravamento dos sertões naquela região. Com relação a forma como foram enfrentadas as dificuldades naturais da ocupação dos sertões, reportando-se a relevância dos rios, particularmente o Rio São Francisco Capistrano de Abreu (1999, p. 65), revela que "na realidade tal é a importância dos rios nesta parte da nossa história que as bandeiras devem classificar senão pelo ponto donde partiram, mas pelos rios que margearam ou navegaram".

O gado era criado em áreas onde havia "largueza de campo, e água sempre manante de rios e lagoas, por isso os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio São Francisco" [...] (ANTONIL, 1971, p.199). Coadunando-se com as assertivas de Antonil, Leão (1987) lembra que a pecuária teve sua expansão direcionada para o interior do Nordeste do Brasil devido principalmente à grande disponibilidade de terras no interior, com a existência de pastos naturais relativamente abundantes e de sal necessários ao manejo do gado; e ainda pelo fato da atividade requerer pouca mão-de-obra. Além disso, observe-se que o gado como mercadoria se autotransportava, podendo ser conduzido a pé em longas distâncias para atender aos mercados dos plantations do litoral que demandavam em escala crescente a carne o couro e animais de tração. O gado como ainda hoje se observa em algumas áreas do semiárido Nordestino era criado sem que lhes se dispensasse grandes cuidados, a ponto de Euclides da Cunha no seu memorável livro Os Sertões (1979, p. 98) relatar que:

> O gado vive e multiplica-se a gandaia. Ferrados em junho, os garrotes novos perdem-se nas caatingas, com o resto das malhadas. Ali os rareiam epizootias intensas, em que se sobrelevam a rengue e o mal triste. Os vaqueiros mal procuram atenuá-las. [...] não precisam de ver o animal doente. Voltam-se apenas na direção em que eles se acham e rezam, tracejando no chão inextricáveis linhas cabalísticas.

Conforme se pode deduzir do relato do ilustre jornalista e escritor, o criatório do gado era caracterizado, principalmente, pelo regime ultra-extensivo do manejo desses animais, sendo os animais soltos para pastagem em áreas devolutas e recolhidos de tempos em tempos para que se pudesse estabelecer algum controle do rebanho, principalmente com relação aos animais novos que precisavam de algum cuidado. A cooperação entre os vaqueiros também era bastante comum como forma de enfrentar as durezas da labuta com criatório, fato que evidenciava-se nas vaquejadas, trabalho que consistia essencialmente "no reunir, e discriminar depois, os gados de diferentes fazendas convizinhas, que por ali vivem em comum, de mistura em um compáscuo único e enorme, sem cercas e sem valos. (EUCLIDES DA CUNHA, 1979, P. 98)

Nesse contexto – é o contexto de expansão da pecuária - observa-se que foram vários os assentamentos humanos que surgiram a partir de caminhos de bois nas margens do rio São Francisco, caminhos que se dirigiam para o litoral Baiano e Pernambucano. Seguindo essa linha de raciocínio observa-se que o próprio município de Glória-BA do qual teve origem, na década de 40 do século XX, o município de Paulo Afonso-BA[1] teve o seu povoamento inicial no século XVII delineado a partir da presença das boiadas que para ali se dirigiam a procura de pouso e de refrigérios para se prepararem para as longas viagens até o litoral. Data desse período o nome de "Currais de Bois", denominação com que os seus primeiros habitantes se referiam aquele povoamento. Denominações assim, para os lugares, bem denunciam a função principal que tiveram os primeiros assentamentos humanos coloniais na região.

Além do criatório, praticava-se, nas fazendas, o cultivo de alimentos básicos, essencialmente, milho, feijão e mandioca, além de algodão, este a partir do fim do século 18. Mas observe-se que a região de Paulo Afonso nunca se tornou produtora de algodão em níveis adequados; a matéria prima para o fabrico têxtil, de Pedra, no começo do século 20, viria de outras áreas do semi-árido Nordestino. As roças eram protegidas com cercas de varas de pau-a-pique ou com pedras, sendo, depois da colheita, abertas para que os animais pudessem aproveitar o retolho (Andrade, 2005).

[1] A área de onde originou-se o município de Paulo Afonso-BA, até o final da década de 50, se encontrava ligada ao município de Gloria-BA, tendo o naturalista Halfeld (1860) descrito essa área, referindo a ela como uma região onde encontravam-se currais de bois.

Ao contrário da "zona litorânea" (agrícola, da cana de açúcar), aqui o roçado era que era cercado e não o gado. O sistema de gestão colonial proibia a criação de gado solto na zona litorânea da cana, e o autorizava no semi-árido pecuário. Com essa característica do padrão territorial tradicional da região observa-se que as dificuldades de se abastecer as áreas de criação de gado com lavouras alimentares feijão, milho, mandioca, principalmente, levaram a emergência de uma agricultura que assumiu uma condição subsidiária nas fazendas de gado, daquela época na tentativa de suprir a população das mesmas com os alimentos básicos para sua subsistência.

1 OS DIAGNÓSTICOS EXPLORATÓRIOS DAS POTENCIALIDADES REGIONAIS

Com relação à exploração inicial das potencialidades do Rio São Francisco observa-se que alguns estudos exploratórios foram empreendidos no segundo Período Regencial e da Primeira Republica. Visavam esses estudos o aproveitamento desse rio, de modo que se alterasse o grau relativamente inerte das estruturas tradicionais pré-existentes naquela região.

No Período Regencial, destaca-se o inventário realizado por Hafeld entre 1852 e 1854 que, por ordem do Imperador Pedro II, fez um diagnóstico das potencialidades desse rio. Este documento descreve as características fisiográficas do Rio São Francisco, e particularmente destaca, ao seu modo, os limites e as possibilidades de utilização daquele rio para a navegação. As suas observações são intercaladas com descrição sucinta dos povoamentos que ele, o naturalista ia encontrando na sua excursão pelo Rio São Francisco.

Especificamente com relação à área onde veio a ser construído o complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso e á área que um século depois veio ser construída a cidade de Paulo Afonso-BA. O naturalista Hafeld destaca o caráter imponente da Cachoeira de Paulo Afonso, revelando a grandeza simbólica daquela queda d'água. Também destaca as características geomorfológicas da cachoeira e a riqueza das corredeiras existentes naquela área. O próprio Imperador Pedro II, impressionado e motivado pelas conclusões do relatório de Hafeld esteve pessoalmente na cachoeira em 1859. (Figura - 1) Note-se que, esse autor, ao descrever as características físico-ambientais da cachoeira e a exuberância das corredeiras o faz através de uma linguagem poética, como se pode observar no trecho abaixo; revela-se ai o estilo do naturalismo romântico presente no discurso científico do século 19.

Figura – 2 Placa indicativa da presença do Imperador Pedro II na Cachoeira de Paulo Afonso, em 1859.

> [a cachoeira transforma-se] [...] "em espuma de leite, lançando e estufando [...] grandes borbotões de água aos ares que se desfazem em neblina [e ao longo de sua queda] formam um chuveiro de milhares de pedras brilhantes, para dentro do abysmo dessa catadupa". (HAFELD, 1860, P. 44)

Pela capacidade sensitiva de estruturar, ao seu modo, a percepção do espaço geográfico o naturalista citado buscava caracterizar metaforicamente a paisagem, revelando esteticamente a ambiência natural da cachoeira. Nesse caso a riqueza imagética e a distinção do espaço foram sendo desveladas pela linguagem poética, pondo em evidência toda a sensibilidade do autor na forma particular de interagir com o meio e de representá-lo.

Pode-se destacar ainda a presença do naturalista Canadense Charles Frederick Hartt que, em meados do século XIX, esteve na região desenvolvendo estudos geológicos ao longo das margens do Rio São Francisco, entre os municípios de Penedo e Piranhas no Estado de Alagoas. De acordo com Rocha (1970) esse naturalista teve a oportunidade de fazer importantes observações sobre a Geologia regional do São Francisco, observações essas consideradas, na época, de grande relevância para o estudo da geologia brasileira, particularmente da área próxima ao Rio São Francisco.

Entretanto, os naturalistas passavam, deixavam suas descrições apostas em relatórios, mas a estrutura tradicional dos assentamentos humanos, com base na função do criatório, continuava. Esse contexto histórico da formação regional tradicional da área abrangida por essa pesquisa, ligado a prática do criatório extensivo

de animais principalmente caprinos, bovinos, ovinos e aves associado ao cultivo em pequena escala de alimentos como a mandioca, o feijão, o milho, bem como associado também o extrativismo de espécies da vegetação nativa como umbu, licuri e murici, permaneceu como uma característica ainda marcante na área, por muito tempo, constituindo-se na principal forma de reprodução física e social da população rural dessa região.

Entretanto, este processo de produção das relações sociais que presidiu a organização do espaço na região foi sofrendo transformações, especialmente na segunda metade do século 20, com o desenvolvimento dos projetos hidrelétricos e da agricultura irrigada, cujos impactos são de grande importância para compreensão da organização do espaço regional tomado como um todo. De fato foi apenas progressivamente que a função de produção de energia causou desrupções nesta organização espacial tradicional.

a. Fase Privatista – Delmiro Gouveia: comércio, indústria e logística regional de transportes

Do final do século 19 e começo do século 20, os "agentes do progresso" passam a se interessar diretamente pela região das cachoeiras de Paulo Afonso. De acordo com Jucá, (1982), no início do século XX, até 1910, observa-se a existência de algumas tentativas de requisição para concessão do uso do Rio São Francisco. Essa autora relata pelo menos dois projetos cujo objetivo eram de implementar o desenvolvimento regional, através do aproveitamento das potencialidades agrícolas, energéticas e industriais da região. O primeiro de um Inglês chamado Richard George Reyde; e o segundo de um brasileiro, Francisco Pinto Brandão. Ambos os requerimentos foram indeferidos, sob a alegação do governo que o desenvolvimento das potencialidades regionais deveria estar sobre o auspício do poder público.

No contexto histórico da introdução do processo de industrialização, na área aonde veio a ser construído o complexo hidrelétrico de Paulo Afonso, ressalta-se de forma notável o pioneirismo do empresário Delmiro Gouveia. Este, sai do Ipú-CE, ainda criança, para a região do Recife, onde veio morar inicialmente com sua mãe, que ocupava-se como empregada domestica. De acordo com Lima Júnior (1983) já aos nove ou dez anos Delmiro procurou emprego, conseguindo inicialmente uma colocação de serventuário de uma empresa inglesa que operava os bondes urbanos que trafegavam na capital pernambucana no último quartel do século XIX.

Quando Delmiro alcançou a maioridade foi trabalhar com um português que se dedicava ao comércio de couro. Daí, provavelmente, surge a sua habilidade de comercializar com peles. Também trabalhou em empresas importadoras em agências regionais que operavam no comércio de pele, como é o caso da Keen Southerlei Co. Ltd, cuja sede localizava-se na cidade de New York. Pela sua arguta capacidade de negociador chegou a alcançar o posto de gerente da firma, fato que se concretizou com sua ida, em 1890, aos EUA para tratar de negócios do couro. Delmiro representava bem o que chama "self-made-man" do capitalismo na fase liberal e concorrencial.

É de se supor que está viagem tenha exercido importante influência na sua carreira, não somente pelas relações estabelecidas, mas também pela oportunidade de apreciar o país mais dinâmico da expansão do capitalismo industrial. Tratava-se de um país em que o espírito de iniciativa e risco podia tornar homens simples em homens ricos e bem sucedidos, diferente do ambiente elitizado da aristocracia europeia. Ciente de sua vocação para o comércio, deixa o seu emprego na firma antes citada e vai se estabelecer na cidade de Pesqueira como comerciante autônomo de couro. Inicia assim sua vida empresarial. O contato direto com os americanos no negócio de exportação desse produto o levou a aprender o inglês prático, fato que facilitou

enormemente seus contatos comerciais diretamente com os americanos, tornando-se um empresário muito bem sucedido no ramo da exportação de courinhos[2] para os mercados sobretudo americano, mas também o europeu.

De volta ao Recife, já o empresário Delmiro Gouveia se envolve em atividades diversas, podendo-se destacar de acordo com Rocha (1970), os investimentos que fez na indústria do açúcar em 1895 e na construção de um grande mercado no bairro de Derbi (Figura – 3). Contudo os seus desentendimentos com a oligarquia política de sua época, impediram o êxito desse empreendimento na capital pernambucana. O seu espírito empreendedor e seu sucesso nas iniciativas que tomava, tornava a sua figura incômoda aos arranjos tradicionais e nobiliárquicos da velha capital.

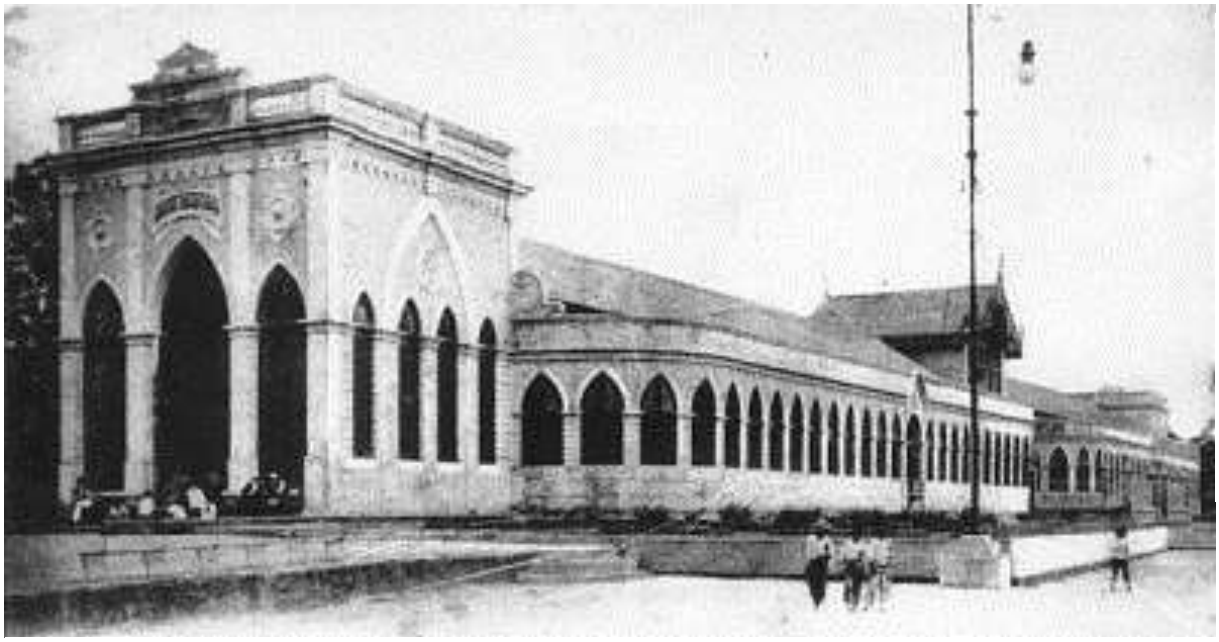


Foto: Arquivo da Fundaj – 2007.

Figura – 3 Mercado Coelho Cintra, construído por Delmiro Gouveia em 1899, onde atualmente funciona o quartel – sede da Policia Militar de Pernambuco.

Com o acirramento de seus problemas políticos e depois de dois anos de refúgio na Europa, em 1902 retorna Delmiro à capital pernambucana, decidindo migrar daí para o estado de Alagoas. Vem a se estabelecer no povoado da Pedra em 1903, onde retomou a atividade comercial do couro e onde também decide voltar-se para seu projeto industrializante, almejando a construção de uma fábrica de linhas, localizada nos arredores da cachoeira de Paulo Afonso. Sem duvida, sua mais arrojada iniciativa desenvolvimentista.

Nesse caso, observe-se que a decisão do arguto empresário de estabelecer-se no setor industrial, na região da cachoeira, foi motivada por fatores que viriam favorecer os seus objetivos empreendedorista para região. Nesse contexto é interessante observar que o relativo distanciamento da fábrica da Pedra dos centros urbanos mais dinâmicos da economia Nordestina acompanhava certa tendência de localização industrial brasileira do início do século XX, aquela que se inclinava para um relativo isolamento. Desde que se pudesse dispor ou montar uma logística de transporte para produtos e insumos. Esse fenômeno é explicado por Piquet (1998), quando revela que são as condições precárias das cidades que impõem limitações ao desenvolvimento da

[2] Termo diminutivo utilizado, na época, para designar as peles caprinas e ovinas destinadas à comercialização.

indústria nos centros urbanos, preferindo, os pioneiros da industrialização, localizar-se em áreas onde fosse possível obter matéria-prima, fontes de energia e água, por exemplo. Dessa forma a indústria assumia um caráter autárquico, de vez que ela própria tinha que montar a sua infraestrutura, inclusive a de moradia para seus funcionários.

Dentre os fatores pode-se destacar: em primeiro lugar o próprio potencial da cachoeira na geração de energia hidrelétrica, no suprimento de um insumo fundamental para os seus propósitos industrializante. Em segundo, e associadamente ao primeiro, a existência da estrada de ferro Paulo Afonso (Figura – 4) cuja estação da Pedra lhe proporcionaria grande vantagem no escoamento de seus produtos. Nesse caso, transportadas pelo trem, suas mercadorias desembarcavam em Piranhas-AL, seguindo em embarcações a vapor pelo baixo curso do São Francisco para a cidade de Penedo-Al, e de lá pelo litoral até o porto de Jaraguá, em Maceió - AL.

Inicialmente projetada pelo Engenheiro Krauss em 1869, a estrada de ferro Paulo Afonso teve a decisão de sua construção tomada quase uma década depois de ser idealizada, sendo a sua construção motivada pela grande seca de 1878. A autorização para sua construção foi dada pelo decreto 7323 de 5 de julho de 1879, quando são concluídos os estudos definitivos de seus 116 quilômetros ligando a região do sub-médio São Francisco, na cidade de Jatobá, atual Petrolândia-PE ao baixo curso desse rio, na cidade de Piranhas no Estado de Alagoas. A conclusão da construção de sua última estação ocorreu em 1883. Após 81 anos de funcionamento, a estrada de ferro Paulo Afonso foi desativada em maio de 1964 sob a alegação de que se tratava de uma linha férrea antieconômica (BONFIM, 2000) .

A combinação do transporte ferroviário, através da Estrada de Ferro Paulo Afonso, com o fluvial pelo rio São Francisco foi, no caso em análise, de grande importância para consolidar o empreendimento de Delmiro na região. Combinada a essa rota de transporte dos produtos da
fábrica da Pedra observe-se que esse empresário tratou também de ampliar as possibilidades de escoamento de seus produtos, estabelecendo ligações rodoviárias, com a construção de 520 km de estradas ligando o povoado da Pedra a alguns terminais ferroviários da Gret Western que operavam em 1912 no interior dos Estados de Pernambuco e Alagoas.

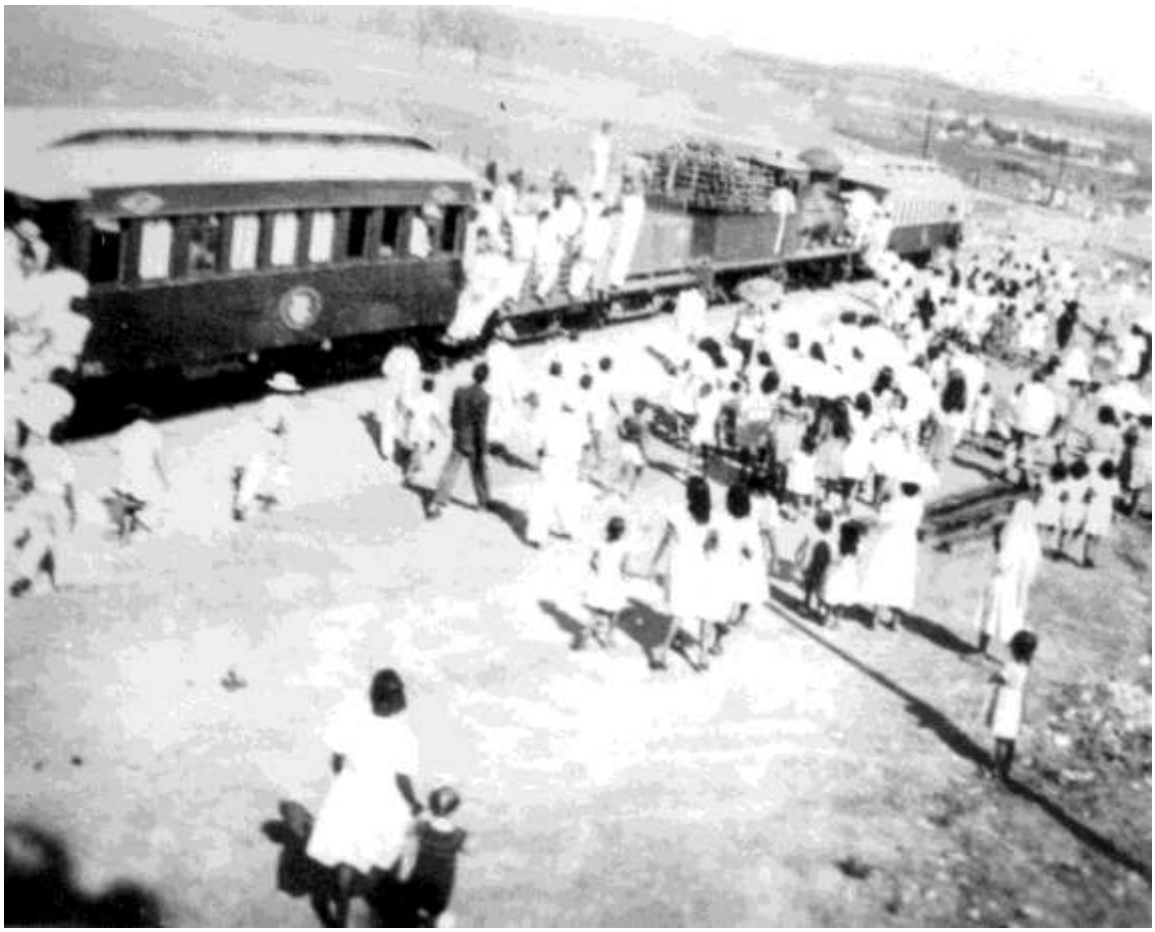
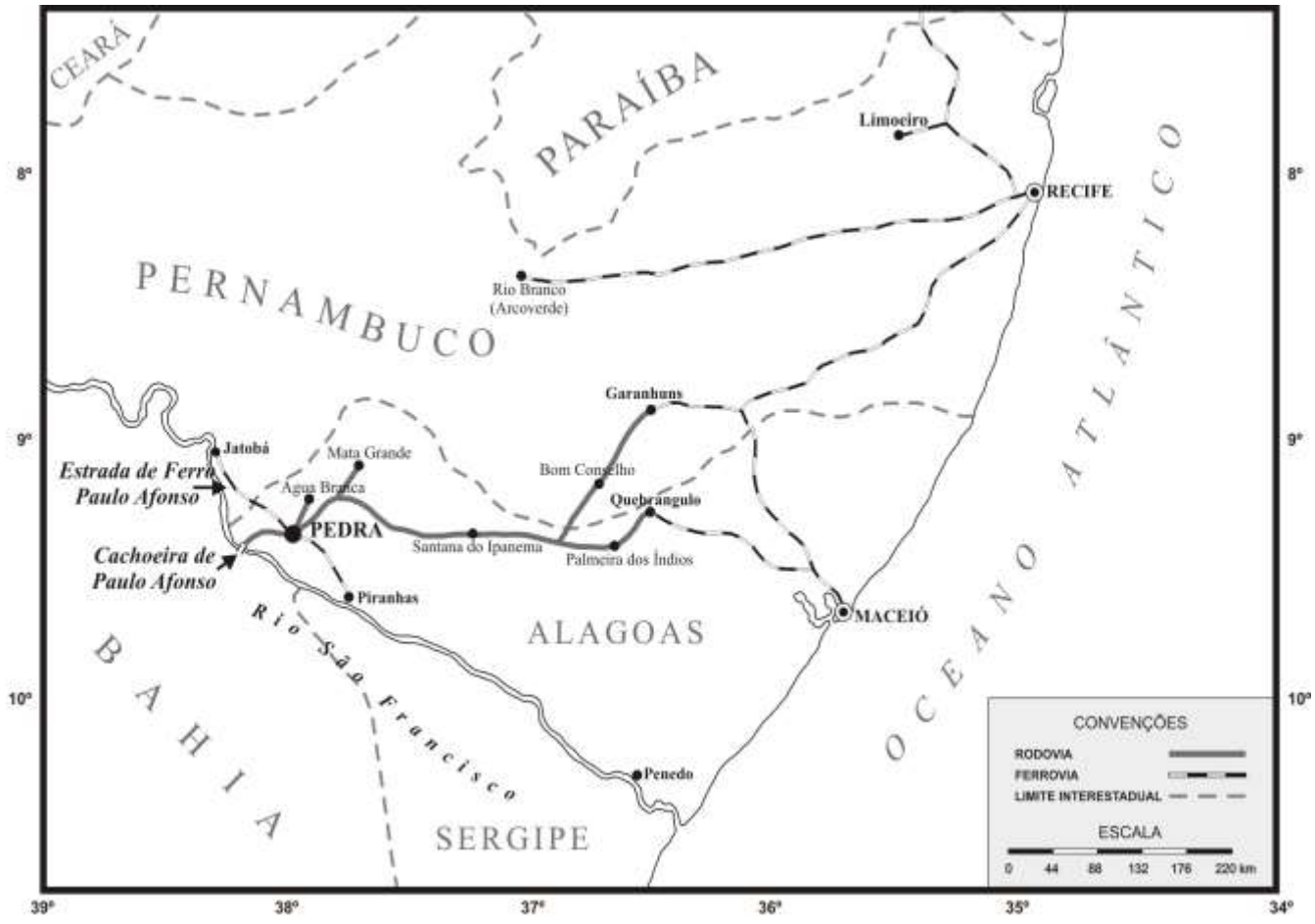


Figura - 4 Uma das locomotivas da estrada de Ferro Paulo Afonso em passagem pelo município de Delmiro Gouveia-AL no início da década de 60.

A estrada partia inicialmente do povoado da Pedra até Santana do Ipanema-AL derivando dai para o estado de Pernambuco, passando por Bom Conselho até o município pernambucano de Garanhuns, onde alcançava a linha férrea que ligava essa cidade à capital pernambucana. Pelo lado alagoano a referida estrada seguia de Palmeira dos Indios – AL até Quebrangulo-AL, onde também alcançava uma ponta de linha férrea que ligava esse município à capital do estado, a cidade de Maceió (Mapa – 4).

Mapa – 4 Sistema intermodal de escoamento dos produtos da fábrica da Pedra, no início do segundo decênio da década de 20 do século XX.



Fonte: Adaptado por Sérgio Malta e Ana Paula Arruda a partir de ROCHA, Tadeu, 1970.

Observa-se que os empreendimentos de Delmiro foram construídos e postos em funcionamento no contexto em que se iniciava a modernização do Brasil, sendo a instalação de indústrias nesse país bastante incentivada no início do século XX, como lembra Cano (2002). Ao analisar a participação regional da produção industrial do Brasil, em 1907, este mostra que os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Antigo Distrito Federal, Minas Gerais e Espirito Santo, juntos, representaram 58,2 % do valor da produção industrial brasileira ao passo que os demais estados, incluindo-se ai a atual área ocupada pelo Nordeste brasileiro essa participação foi de 41,8 %.

Nota-se, também, que os interesses dos industriais brasileiros no final do século XIX e início do século XX frequentemente associavam-se ao comércio exterior, como nos faz entender Furtado (1972), ao lembrar que foram as exportações que criaram um mercado interno, permitindo também a importação de equipamentos do exterior a preços compensadores. Isto pode bem ser observado no perfil do Delmiro empreendedor que se mantinha como um grande exportado brasileiro de peles para os EUA e Europa, detendo, com isso algum prestígio internacional ao tempo em que abria espaço para que pudesse adquirir a sua usina hidrelétrica e os maquinismos necessários para a instalação de sua fábrica de linhas.

No final do primeiro decênio do século XX como comerciante bem estabelecido no ramo dos courinhos através de sua firma Iona & Cia Delmiro contrata junto à empresa W. R. Blande & Co de Londres o projeto da usina hidrelétrica. O material da parte hidráulica foi adquirido às firmas J. M. Worth (suíça) e à alemã Pictett & Co, ficando a parte elétrica sob a responsabilidade da Alemã Berymann & Co e da Suíça Brown Boveri & Co. Os equipamentos complementares da montagem da usina foram adquiridos junto a empresa Dobron & Barlow, de Bolton, na Inglaterra (ROCHA, 1970) .

A Iona & Cia, empresa criada por Delmiro, havia adquirido naquela época as terras na margem alagoana, inclusive a do local onde se encontra a Cachoeira de Paulo Afonso. O decreto que permitiu essa transação, contudo, produziu bastante controvérsia na imprensa da época. De acordo com Sant'ana (1996, P. 91) vários jornais fizeram menção, criticando tal autorização. Para ilustrar, esse autor cita o caso do Jornal A Tribuna do Rio de Janeiro "que em seu editorial de 18 de agosto de 1911 afirma que a Cachoeira de Paulo havia sido arrendada" [...] tratando-se, portanto para aquele jornal de um ato inconstitucional.

Observe-se que a Iona & Cia foi incorporado pela empresa Agro Fabril Mercantil, criada em 1912 para assumir as responsabilidades da Usina Hidrelétrica Anjiquinho e da fábrica da Pedra. Os estatutos de sua fundação indicam tratar-se de uma empresa constituída como uma sociedade anônima, com a participação de alguns empresários, sendo Delmiro Gouveia o sócio majoritário dessa organização. (Estatutos da Companhia Agro Fabril Mercantil, 1912).

É importante destacar que para o cumprimento dos seus objetivos Delmiro consegue privilégios junto ao poder político da oligarquia alagoana do início do século XX. Destaca-se entre as concessões que lhe foram feitas, a autorização para o aproveitamento da área de sequeiro de terras consideradas devolutas, nos arredores do povoamento da Pedra; a outorga da exploração hidrelétrica da cachoeira de Paulo Afonso e as concessões para instalação de uma fabricam têxtil e para o comércio de gados, o plantio de algodão e a irrigação. Fato que pode ser observado no trecho que se segue do livro de controle da fábrica, relatado na Ata da Segunda Assembleia Geral da Companhia Agro Fabril Mercantil em 1912:

> Depois de detido exame sobre os decretos n. 499 de 29 de setembro de 1910 referente ao aproveitamento de terras seccas e devolutas existentes no município de Água Branca, Estado de Alagôas; decreto n. 503 de 30 de novembro de 1910 referente a exploração livre de direitos Estadoaes e Municipaes de uma fábrica de linhas; decreto n. 520 de 12 de agosto de 1911 referente a utilização da força hydro-electrica e transmissão de energia electrica para todo estado de Alagôas, sua forma jurídica e direitos delles decorrentes, bem como das vantagens que de sua exploração possam advir a seus concessionários, passamos, consoante o critério e juízo que temos formado, dar-lhes englobadamente o valor de CENTO E CINCOENTA CONTOS DE RÉIS.

Tendo Delmiro obtido êxito nas concessões que requereu junto ao governo de Alagoas, segue-se em ritmo relativamente rápido a montagem da hidrelétrica e a construção das instalações da fábrica Agro Fabril Mercantil. Em 1913 conclui-se a montagem da usina Angiquinho, que começa a funcionar, (Figura – 5), iluminando o povoado da Pedra. No ano seguinte iniciam-se as atividades da fábrica, com a produção de linhas de cozer da marca Estrela. A matéria prima utilizada para o fabrico das linhas de coser era o algodão Seridó, adquirida em parte, em Campina Grande-PB, onde era transportado pelos trens da The Great Western of Brazil Railwai Co, para o porto de Cabedelo. Daí os produtos seguiam em barcaças pelo litoral atingindo a cidade alagoana de Penedo-AL. Daqui era embarcado nas borboletas[3] até a cidade de Piranhas, seguindo daí de trem até o vilarejo da Pedra. (Figura-6). Isto revela que o sistema agrícola em torno de Paulo Afonso, nem mesmo diante da demanda por algodão da fábrica da Pedra, foi capaz de inserir-se mercantilmente no processo Modernizador.

[3] Nome utilizado para designar um tipo muito comum de canoa com aspecto alado, semelhante a uma borboleta que transportavam cargas no Baixo São Francisco no início do século XX.

Figura – 5 Usina Angiquinho, construída por Delmiro Gouveia em 1913 na área da cachoeira de Paulo Afonso, onde funcionou em 1960, quando foi desativa por conta da incompatibilidade do padrão de geração de energia, que obedecia o padrão europeu de 50 hertz, diferente, portanto, do sistema brasileiro que é de 60 hertz.

Na fábrica da Pedra produziam-se vários tipos de linhas, podendo-se destacar as linhas de crochê, bordados, rendas e para costura, além de cordão branco e colorido. As linhas alcançavam o mercado Nordestino e nacional, vindo também a serem exportadas para alguns países da America do Sul, acusando-se a sua presença em países como do Chile, Argentina, assim como também na Bolívia e no Uruguai. Delmiro havia montado, com a sua logística territorial engenhosa, um empreendimento que atingia mercados periféricos antes sob exclusivo favorecimento dos países já industriais.

Era significativa a produção de linhas da fábrica da Pedra, variando entre 1500 e 2000 grosas de carretéis de linha por dia, sendo considerada, sua participação, bastante importante no mercado nacional desse produto. Os dados levantados por Júnior (1983) revelam que sua participação era relevante, inclusive, como produto de exportação do estado de Alagoas.

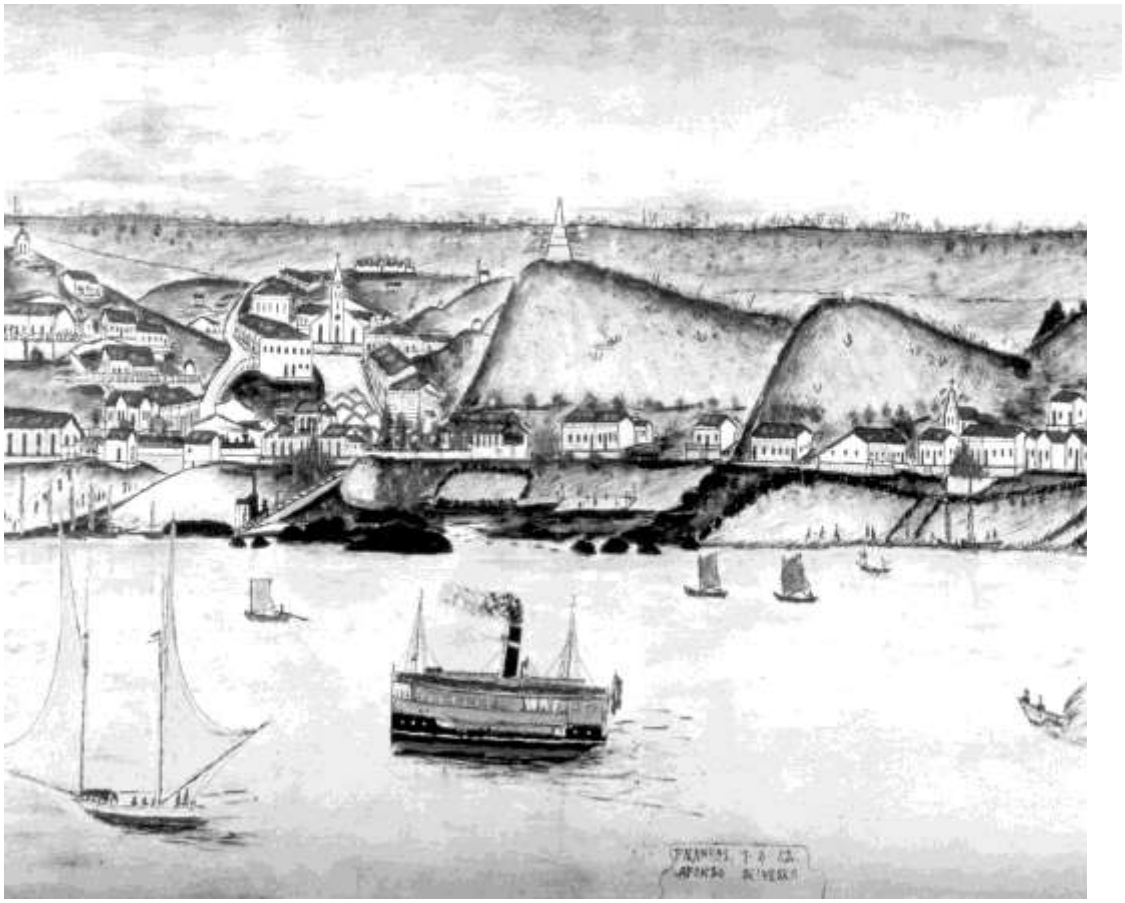


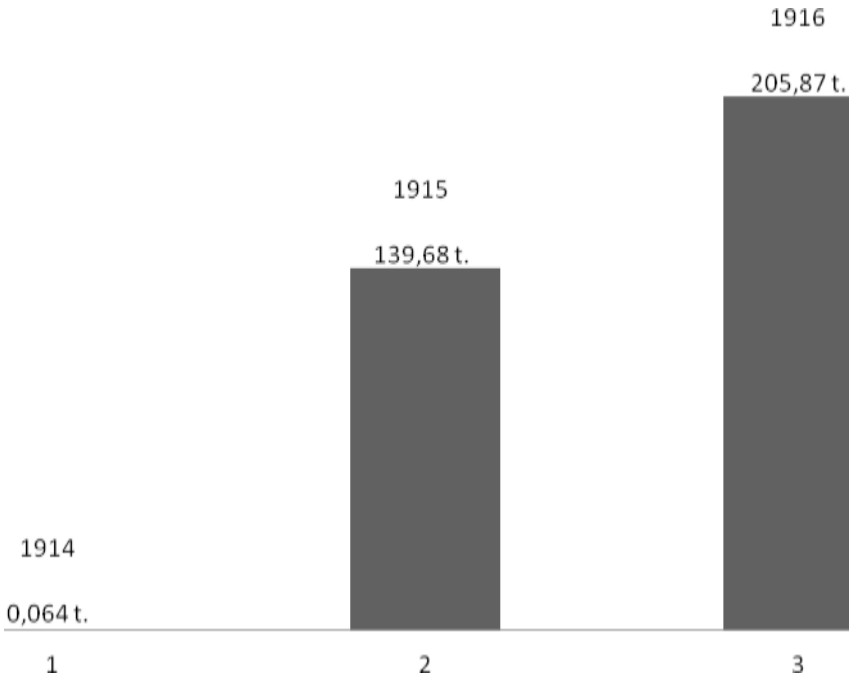
Foto: Arquivo de Luiz Ruben F. de A. Bonfim

Figura – 6 Fotografia de uma pintura retratando o fluxo de embarcações que navegavam no rio São Francisco em 1962, no trecho da cidade de Piranhas-AL.

Como se pode observar a partir dos dados do gráfico Gráfico – 1, o Estado de Alagoas teve em 1914 apenas 0,064 toneladas de linhas de exportadas naquele ano, elevando-se no ano seguinte para 139 toneladas, sendo que em 1916 essa produção chegou a 205,87 toneladas do produto.

Em 1912 foi iniciada a construção da vila operária da fábrica, sendo que em 1917 existiam aproximadamente 250 casas, além de outras infraestruturas, como espaços de lazer, posto médico, lavanderias, lojas e tudo mais que requeria a manutenção de pessoas num espaço daquela vila. Note-se também que alguns de seus moradores eram imigrantes de varias partes do país onde já haviam uma certa tradição com o trabalho especializados no ramo têxtil. Alguns deles eram técnicos escoceses, provenientes da cidade operária de Glasgow de velha tradição no ramo. Foi nesta cidade que começou a revolução industrial têxtil.

Gráfico - 1 Quantidade de linhas exportadas, em toneladas pelo estado de Alagoas, em



Fonte: Felix Jr. , 1983.

Outra importante transformação produzida com o advento da fabrica textil do povoado da Pedra foi a formação de uma mentalidade operária naquela região. Sobre essa questão Barros (1998, p. 270) lembra que os ilustres visitantes da pedra, brasileiros e estrangeiros, admiravam o rigor com que se conduzia o trabalho naquela fábrica de linhas, assim como também o controle social ao qual estavam submetidos os seus funcionários, inclusive com relação aos valores comportamentais que deveriam cultivar na recém construída vila operária da Pedra. Tudo seguindo a rígida orientação do Coronel Delmiro Gouveia.

De acordo com essa autora, "A atividade de homens e máquinas comprometidos em diferentes tarefas e operações, em constante labor, como se a própria cidade, [a vila operária], fosse um grande e harmonioso maquinismo, encantava e assombrava [os visitantes]. Nesse sentido nota-se que os elogios partiam inclusive de observadores estrangeiros, como é o caso do inglês Arno S. Pearce, um representante da International Federation of Master Cotton Spinners and Manufacturers Associations, que esteve em visita à Fábrica da Pedra em 1921. Após elogiar o pioneirismo de Delmiro Gouveia, anotou em seu relatório que: "os operários são bem comportados, bem vestidos e limpos. Quando vão para o trabalho, estão mais bem trajados do que o operário de fábrica europeu médio, em dia de domingo.[4]

Essa situação de encantamento e de ordem estabelecidos no empreendimento dirigido por Delmiro era conseguida através de um rígido controle social que se impunha na organização dos processos produtivos no seu estabelecimento têxtil, fato considerado muito importante para organização do trabalho em uma fábrica, sobretudo se considerarmos o contexto histórico de industrialização do Brasil do início do século XX, em

[4] Anotações coletadas por Tadeu Rocha em 1970 extraídas de Arno S. Pearse, BRAZILIAN COTTON, Taylor Garnett, Evans & Co, Manchester (Inglaterra), sem data, p. 37

que o emprego industrial era visto como um projeto civilizatório, sendo comum, portanto, o estabelecimento de regras rígidas que regulasse o comportamento dos funcionários, de vez que se objetivava atingir, pela padronização comportamental a maximização da produtividade de seus operários.

Com relação ao mercado de linhas do Brasil no início do século XX era notório a acirrada concorrência que a inglesa Machine Cottons impunha às linhas fabricadas na Pedra, estendo-se, essa concorrência, inclusive, para o período posterior a morte de Delmiro[5]. O empreendimento de Delmiro destoava do padrão centro (indústria) periferia (matérias- primas) tradicional, e representava um competidor no contexto nacional e internacional. Em 1929 a fábrica da Pedra rende-se à sua concorrente, a Machine Cottons. A firma alagoana vende as suas máquinas, incluindo-se, no negócio, as marcas de fantasia que a Fábrica da Pedra utilizava em seus produtos, conforme pode ser observado no trecho que se segue:

> [...] foi ultimamente essa companhia induzida a entrar em negociações com a sua concurrente, a Machine Cotons por seus Principaes J. & P. Coats Ltd. De Prisley para a fábrica da pedra cessar a fabricação de linhas de coser e entregar, por venda os machinismos exclusivamente destinada a essa fabricação [...] (Ata de Reunião da Diretoria e do Conselho Fiscal da Campanhia Agro Fabril Mercantil, 1929).

A venda dos maquinismos selou em definitivo o destino da Fábrica da Pedra, com relação ao fabrico de linhas, sendo suas máquinas substituídas, convertendo-se, desde então, numa fábrica de tecidos. Atualmente o grupo de investidores Carlos Lyra detém o controle da fábrica, mantendo também o Museu Delmiro Gouveia. Aqui pode ser encontrado um rico acervo de bens materiais e imateriais da história da fase pioneira da industrialização da região onde foram construídas as hidrelétricas no sub-médio São Francisco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos como principais constatações desse artigo o quadro abaixo, no qual evidenciamos contexto o contexto territorial da fase tradicional, e privatista de industrialização na região sub-média do Rio São Francisco

Quadro - 1 Síntese do contexto territorial da fase tradicional, e da privatista de industrialização na região sub-média do Rio São Francisco

[5] Delmiro foi assinado em 1917 em sua residência no povoado da Pedra. A sua morte prematura provocou a descontinuidade do projeto industrializante que vinha desenvolvendo para o sertão alagoano.

Situação territorial tradicional	•Ocupação inicial motivada pelo criatório de gados em regime extensivo de manejo, destinados às platations do litoral Nordestino; •Formação de assentamentos humanos com base na função pecuária, (locais estratégicos de criatório e de passagem de boiadas); •Praticava-se uma agricultura de subsistência de caráter suplementar à pecuária, baseado na produção de milho, feijão, mandioca, algodão, criatório de aves e da coleta de produtos extrativos. •Realização dos primeiros diagnósticos exploratórios do rio São Francisco.
Inovações territoriais da fase privatista	•Primeiras requisições privativas para o aproveitamento das potencialidades regionais do São Francisco; •Autorização do Governo do Estado de Alagoas concedida ao empresário Delmiro Gouveia para o aproveitamento da região da Cachoeira de Paulo Afonso; •Montagem da rede intermodal de transporte para escoamento dos produtos da fábrica da Pedra - ferroviário hidroviário e rodoviário; •Construção e operação da hidrelétrica de Angiquinho na cachoeira de Paulo Afonso e da fábrica de linhas da Pedra; •Construção da vila Operária da Pedra; •Conversão da fábrica de linhas da Pedra em indústria têxtil de tecidos.

REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulencia do Brasil por suas Drogas e Minas.** Ed. Especial, São Paulo: Edições Melhoramentos, 1976.

ABREU, Capistrano. **O Descobrimento do Brasil.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BOMFIN. Luiz Ruben F. de A. **Estrada de Ferro Paulo Afonso: 1882 – 1964.** Paulo Afonso-BA, Grafitec, 2001.

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: plano e cotidiano operário no sertão.** Campinas – SP: Papirus, 1998.

ESTATUTOS DA COMPANHIA AGRO FABRIL MERCANTIL, Pernambuco, 18 de Maio de 1912, Capitulo 1.

FURTADO, Celso. **Análise do Modelo Brasileiro.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

CANO. Wilson. **Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

EUCLIDES DA CUNHA. **Os Sertões**. São Paulo: Editora Abril, 1979.

JUCÁ, Joselice. Fundaj, **35 ANOS DE HISTÓRIA CHESF** . Recife: Chesf/Fundaj 1982.

LEÃO, Sônia de Oliveira. **Evolução dos Padrões de Uso do Solo Agrícola na Bahia**. Recife: SUDENE – DPG – SER, 1987.

LIMA, JR. Felix. **Delmiro Gouveia: o Mauá do sertão Alagoano.** Maceio-AL: Grafitex, 1983.

HALFELD, Guilherme Fernando . **Atlas e Relatório Concernente a Exploração do Rio São Francisco. Desde a Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico.** Levantado por ordem do Governo de S.M.I. O Senhor Dom Pedro II em 1852,1853 e 1854. Arquivo da Chesf. Rio de Janeiro: Litographia Imperial.1860. Contém Iconografia do Autor.

LIMA, JR. Felix. **Delmiro Gouveia: o Mauá do sertão Alagoano.** Maceio-AL: Grafitex, 1983.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-Empresa: presença na paisagem urbana brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

ROCHA, Tadeu. **DELMIRO GOUVEIA: o pioneiro de Paulo Afonso.** Recife: Editora da UFPE, 1970.

SANT'ANA, Moacir Medeiro de. **Bibliografia anotada de Delmiro Gouveia**, **1917 – 1994**. Chesf, Recife: 1996.